



RELATÓRIO DE ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2025

RELATÓRIO ANUAL

ÍNDICE

1	SUMÁRIO EXECUTIVO	9
2	INTRODUÇÃO	9
2.1	Objetivo	9
2.2	SCOPO	9
3	Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)	9
3.1	Capital Social	10
3.2	Setor Desenvolvimento Econômico	11
3.3	Setor do Desenvolvimento Infraestrutura	11
3.4	Setor Enquadramento Institucional	12
4	Classificação Econômica	13
5	Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autônomas	14
5.1	Maior orçamento docado nas LAs com sua execução	14
5.3	AAs com maior execução	14
5.4	Agências Autônomas com menor execução	15
6	Orçamento docado nas categorias econômicas para Subsetor RAE OA	16
6.1	Subsetor RAE OA	16
6.2	Programas do Subsetor RAE OA	17
6.3	Programas de FED RAE OA	18
7	Fundos Especiais	19
7.1	Fundo Infraestrutura	19
7.3	Fundo Desenvolvimento do Capital Humano	21
8	Orçamento por Programas	21
8.1	Programas com maior execução	22
8.2	Programas com execução menor	22
9	Autoridades Municipais	23
9.1	Orçamento docado nas Autoridades Municipais	23
9.2	Programas da AMs	24
10	COFOG	25
11	Virement	26

12	Recéit as	30
12.1	Recéit as da Administração Centr d	30
12.2	Recéit as da REAOA	31

FIGURAS

Gráfico 1: Setor Capital Social com maior execução orçamentária	10
Gráfico 2 Setor Desenvolvimento Económico com maior execução orçamentária	11
Gráfico 3 Setor Desenvolvimento Infraestrutura com maior execução orçamentária	12
Gráfico 4 Enquadramento Institucional com maior execução orçamentária	12
Gráfico 5 Execução das despesas por classificação económica – Administração Central	13
Gráfico 6 LAs com maior desempenho na execução orçamentária	14
Gráfico 8 AAs com melhor desempenho na execução orçamentária	14
Gráfico 9 Com nível de execução menor.	15
Gráfico 10 Execução das despesas por classificação económica – Subsetor RAEOA	16
Gráfico 11: Execução orçamentária por programas	22
Gráfico 12 Execução orçamentária dos Programas	22
Gráfico 13 Programas implantados pelas Autoridades Municipais	24
Gráfico 14 CFOG	25
Tabela 1: Programas integrados no Subsetor RAEOA	17
Tabela 2 Programa do FED RAEOA.	18
Tabela 3 Programas do FICM e seus respetivos gastos.	19
Tabela 4 Execução orçamentária dos programas implementados pelo FDCH	21
Tabela 5 Execução orçamentária das Autoridades Municipais	23
Tabela 6 Top 10 Entidades que redizaram maior investimento em 2025	26
Tabela 7: Receitas recolhidas – Administração Central de Janeiro até Dezembro.	30
Tabela 8 Receitas da RAEOA de Janeiro até Dezembro	31

ABREVIATURA

APORTIL, I.P.	Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL), I.P.
AMAL	Autoridade Municipal de Aileu
AMAIN	Autoridade Municipal de Ainaro
AMCOV	Autoridade Municipal de Covima
AMLAU	Autoridade Municipal de Lautém
AMLIQ	Autoridade Municipal de Liquiçá
AMMNTT	Autoridade Municipal de Manatuto
AMMFH	Autoridade Municipal de Manufahi
AMVQQ	Autoridade Municipal de Viqueque
ADN, I.P.	Agência de Desenvolvimento Nacional, I.P.
TRADEINVEST, I.P.	Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.
ANAAA	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica
AMRT	Arquivo e Museu da Resistência Timorense
ANTL, I.P.	Arquivo Nacional de Timor-Leste, I.P.
AA Atúro	Autoridade Administrativa de Atúro
AACTL, I.P.	Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste, I.P.
AFSA	Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica Sanitária e Alimentar
APC	Autoridade de Prática Civil
AMBCU	Autoridade Municipal de Baucau
AMBBNR	Autoridade Municipal de Bobonaro
AMDIL	Autoridade Municipal de Díli
AMERM	Autoridade Municipal de Ermera
ANÇ, I.P.	Autoridade Nacional de Comunicações, I.P.
BS	Bens e Serviços
RAEOA	Autoridade Regiã Administrativa Especial Cécussi Ambiente – RAE OA
CLN	Centro de Logístico Nacional
CNCIP	Centro Nacional de Chegada, I.P.

CNEFP, I. P.	Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional – Timor, I. P.
CNFP, I. P.	Centro Nacional de Formação Profissional - Beacorç, I. P.
CNR, I. P.	Centro Nacional de Reabilitação, I. P.
COFOG	Classificação das Funções do Governo
CAC	Comissão Anti – Corrupção
CFP	Comissão da Função Pública
CNE	Comissão Nacional de Eleições
C	Conselho de Imprensa
CD	Capital de Desenvolvimento
CM	Capital Menor
MCAS	Ministério do Coordenador dos Assuntos Sociais
DBF-TL	Dal an Ba Futuro – Timor-Leste
DCE	Dotações Gerido do Estado
F-FDTL	Fdintil – Força de Defesa de Timor Leste
FDCH	Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano
FRSS	Fundo Reserva Segurança Social
FEDA	Fundo Especial de Desenvolvimento Atual
FED RAE OA	Fundo Especial de desenvolvimento de Região Administrativa Especial De Oecusse Ambeno
FI	Fundo das Infraestruturas
GFTM	Gabinete da Fronteira e Terrestre e Marítima
GRP	Government Resource Planning
HNGV	Hospital Nacional Gui do Valadares
INTL, I. P.	Imprensa Nacional de Timor-Leste, I. P.
IGE	Inspeção- Gerido do Estado
IGT	Inspeção- Gerido do Trabalho
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IGEAD	Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvimento De Infraestrutura

BAMBU	Instituto de Pesquisas Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu
INAP	Instituto Nacional da Administração Pública
INCT	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia
INCSIDA, IP	Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP
INFP M	Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Medicamentos
INSS	Instituto Nacional Segurança Social
INDIMO	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra
INDICA	Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP
IQL, I.P.	Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, I.P.
IPB	Instituto Politécnico de Betano
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental no 02/2022
LMS	Ministérios e Secretários de Estado
MCA	Millennium Challenges Accounts de Timor-Leste
MCAE	Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos
MAE	Ministério da Administração Estadual
MD	Ministério da Defesa
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e da Indústria
MF	Ministério das Finanças
MOP	Ministério das Obras Públicas
MESCC	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
M	Ministério do Interior
MPM	Ministério do Petróleo e Minerais
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
MACLN	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional
MDRHC	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária
MAPPF	Ministério da Agricultura Pecuária, Pesca e Floresta

MI	Ministério do Comércio e Indústria
ME	Ministério da Educação
MPIE	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
MTA	Ministério do Turismo e Ambiente
MJDAC	Ministério de Juventude, Desporto, Arte e Cultura
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
INSPTL	Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste
CNA	Comissão Nacional de Aprovisionamento
OGE	Orçamento Geral do Estado
PN	Parlamento Nacional
IPG	Instituto de Petróleo e Geologia
PPB	Planning Programming Budgeting
PDIC	Polícia Científica de Investigação Criminal
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PR	Presidência da República
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PM	Primeiro-Ministro
PRG	Procurador-Geral da República
PDHJ	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça
APA	Agência Pública Autónoma
SEFOPE	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
SECOOP	Secretaria de Estado de Cooperativas
SEI	Secretaria de Estado para a Igualdade
STAE	Secretariado Técnico da Administração Estatal
SERVE, I. P.	Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I. P.
SNAEM	Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica
SN	Serviço Nacional de Inteligência
SASCAS	Serviço de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social
SV	Soldados e Vencimentos
SEAFAs	Serviços e Entidades com Autonomia Financeira Alargada
PED	Plano Estratégico Desenvolvimento

TAT QI, I. P.	TAT QI - Agência Nacional de Timor-Leste, I. P.
TI C TI MOR I. P.	Tecnologias da Informação e Comunicação I. P.
TP	Transferências Públicas
TR	Tribunais
UN MCS	Unidade de Missão para o Combate ao Stunting
UNTL	Universidade Nacional de Timor-Leste
VP M AE	Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos
VP M AS	Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Sociais

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta as dotações orçamentárias e despesas das Linhas Ministeriais e Secretárias de Estado (LMSS), Agências Públicas e Institutos (PAIs) e da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) juntamente com as Autoridades Municipais. Além disso, o relatório irá analisar despesas e dados orçamentários utilizando diferentes dimensões categorias monitorizadas pelos sistemas orçamentários de Timor-Leste, como a classificação das funções do governo (COF OG), as categorias de apropriação económica e os setores definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030.

2 INTRODUÇÃO

2.1 Objetivo

A Direção Geral do Planeamento e Orçamento, através da Direção Nacional do Orçamento, pretende produzir três relatórios trimestrais e um relatório anual sobre as dotações, despesas, e redações orçamentárias em Timor-Leste. Os relatórios funcionam como fonte de informação para as partes interessadas do sector público, parceiros técnicos e financeiros, sector privado e sociedade civil em geral.

O Orçamento Geral do Estado de 2025 para a Administração Central com \$2,072 mil milhões, para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) com montante de \$62,18 milhões e para a Segurança Social com \$482,01 milhões (inclui FRSS).

2.2 SCOPO

O presente Relatório descreve o desempenho da execução do Orçamento Geral do Estado ao longo do 2025.

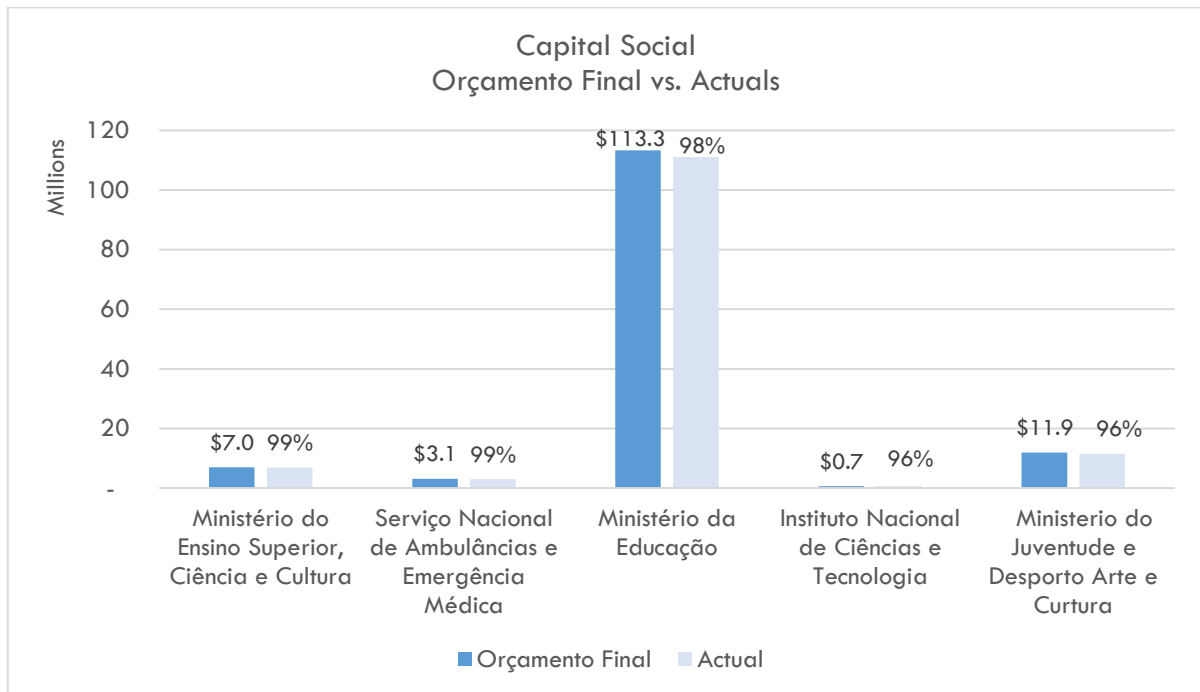
3 Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)

Nesta seção, pretendemos oferecer uma visão abrangente da execução do orçamento por classificação através do Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030). O plano de Desenvolvimento Estratégico abrange quatro áreas principais: Capital Social, Desenvolvimento de Infraestrutura, Desenvolvimento Económico e Enquadramento Institucional. No setor de Capital Social foca na construção de uma sociedade saudável e educada para atender às necessidades

sociais do nosso povo e promover o desenvolvimento humano. No setor de Desenvolvimento e Infraestrutura garantirá que nossa nação tenha a infraestrutura básica e produtiva necessária para construir uma nação sustentável, em crescimento e conectada. No setor de desenvolvimento econômico para alcançar uma economia próspera e gerar empregos. Esses três diferentes aspectos do desenvolvimento de Timor-Leste serão construídos sobre uma estrutura institucional eficaz.

3.1 Capital Social

Gráfico 1: Setor Capital Social com maior execução orçamentária

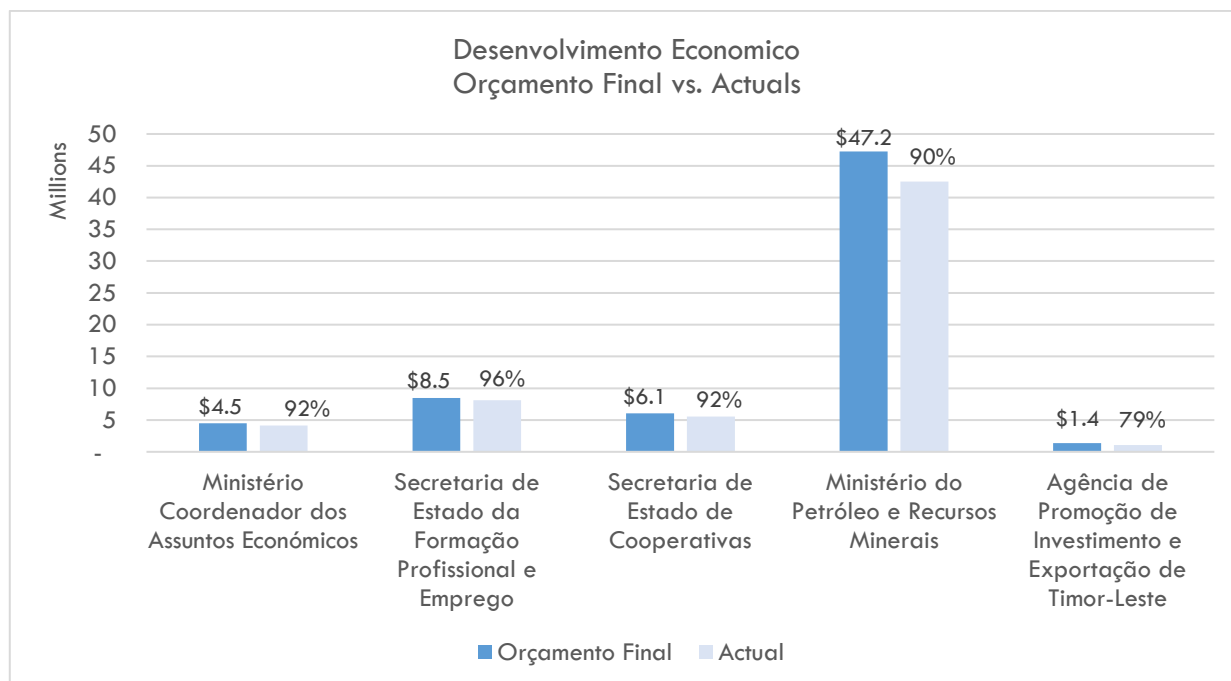


Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

Em 2025, no setor do Capital Social, a maior taxa de execução foi registrada pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura e Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica, ambos com 99%. Segue-se o Ministério da Educação que, apesar de deter o maior orçamento deste setor, apresentou uma taxa de execução de 98%. Por sua vez, o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia e Ministério do Juventude e Desporto Arte e Cultura registaram uma taxa de execução de 96%.

3.2 Setor Desenvolvimento Económico

Gráfico 2 Setor Desenvolvimento Económico com maior execução orçamentária



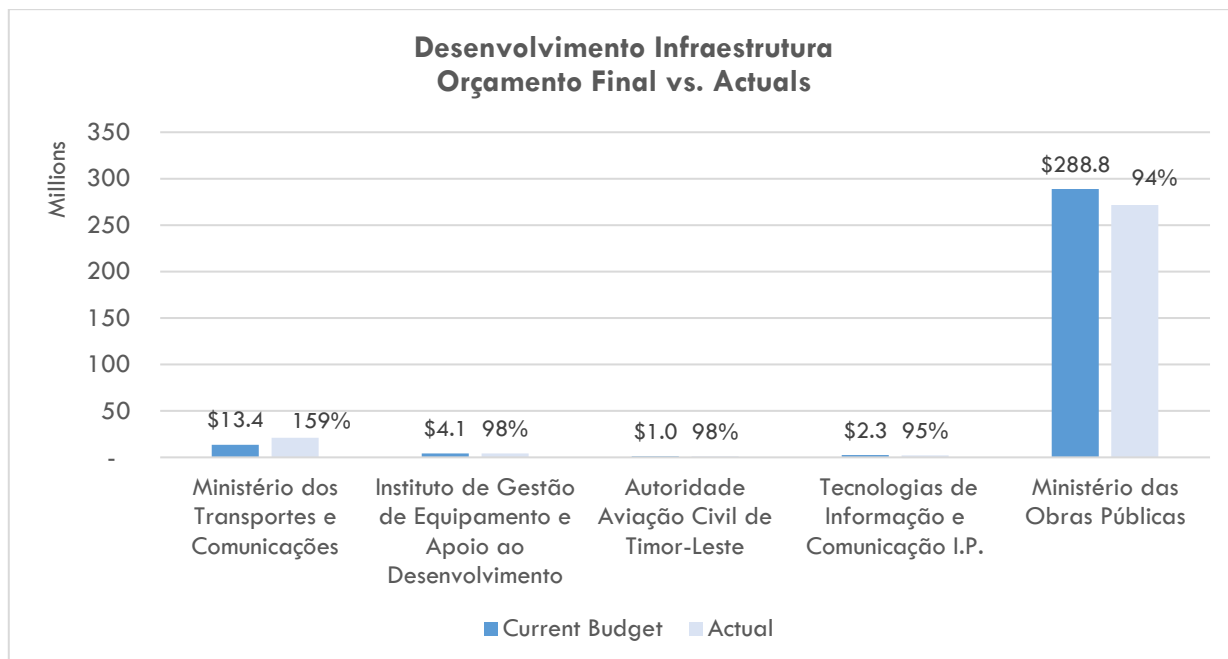
Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

No setor desenvolvimento Económico, a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego destacou-se por apresentar a taxa de execução orçamentária mais elevada, fixando-se em 96%. Seguem-se o Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos e Secretaria de Estado de Cooperativas, com uma taxa de execução de 92%. Apesar de dispor do maior orçamento neste setor, o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais alcançou uma taxa de execução de 90%. Por fim, a Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste apresentou taxa de execução de 79%.

3.3 Setor do Desenvolvimento Infraestrutura

No setor desenvolvimento Infraestrutura, os dados revelam que o Ministério dos Transportes e Comunicações alcançou uma taxa de execução de 86%. Seguido pelo Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento e Autoridade Aviação Civil de Timor-Leste, ambos com uma taxa de execução de 98%. Tecnologias de Informação e Ministério Comunicação I.P de 95% enquanto o Ministério das Obras Públicas fixou a sua taxa de execução de 94%.

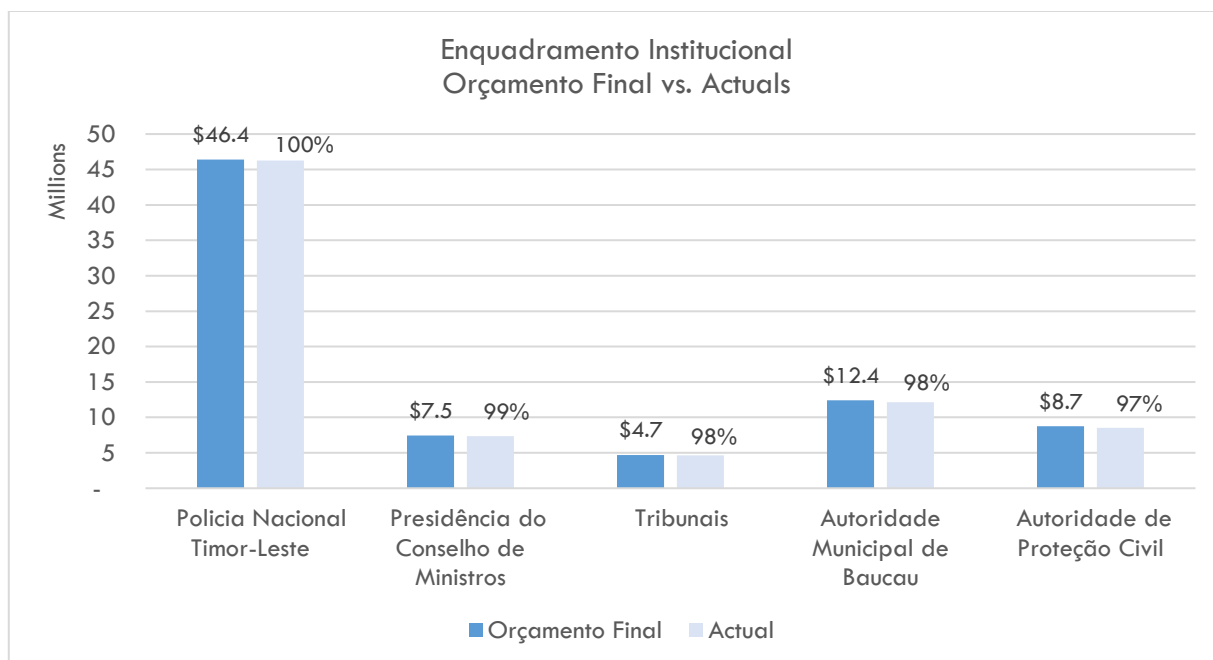
Gráfico 3 Setor Desenvolvimento Infraestrutura com maior execução orçamentária



Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

3.4 Setor Enquadramento Institucional

Gráfico 4 Enquadramento Institucional com maior execução orçamentária



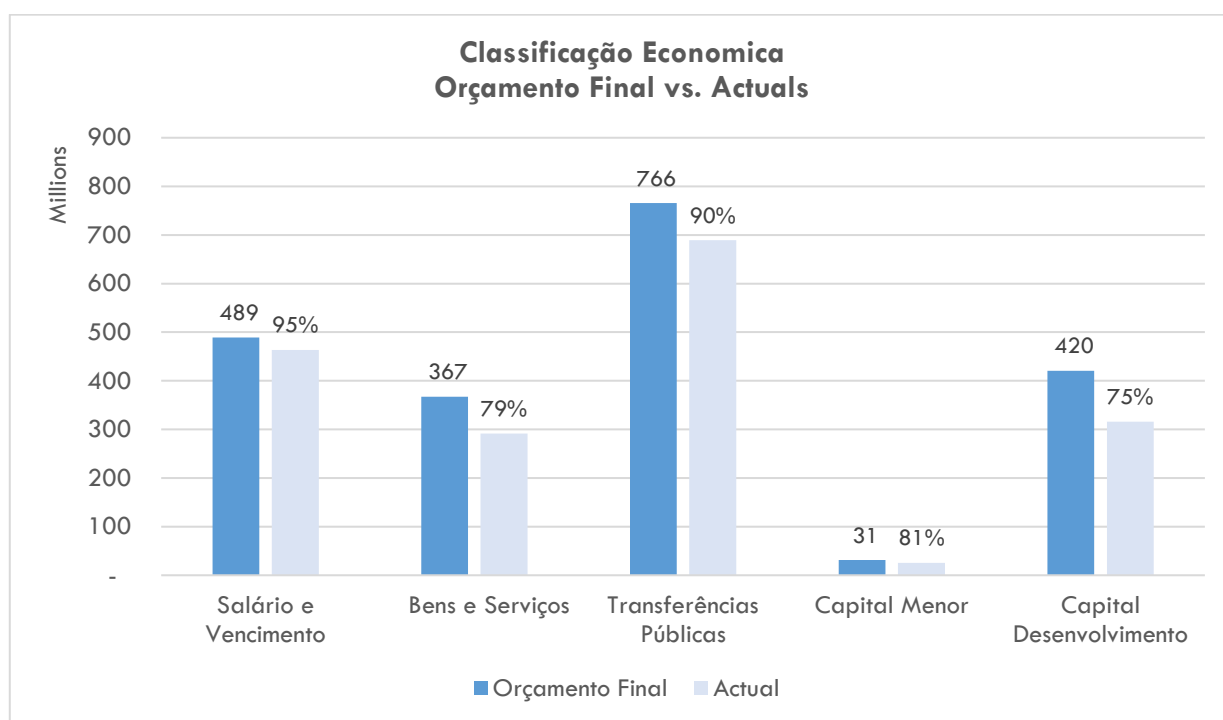
Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

No setor do Enquadramento Institucional, a execução mais elevada pela Polícia Nacional de Turismo é 100%. Posteriormente a Presidência do Conselho de Ministros com 99%. Por sua vez, tanto os Tribunais como a Autoridade Municipal de Baucau registaram o mesmo nível do desempenho orçamental, fixando-se nos 98%. E a Autoridade de Protecção Civil apresentou uma taxa de execução de 97%.

4 Classificação Económica

O orçamento Gerido do Estado alocado no subsector da Administração Central em 2025. A categoria de Salários e Vencimentos representa 23% do total, Bens e Serviços correspondem a 19% enquanto as Transferências Públicas absorveram a maior fatia com 37%. Por outro lado, as menores fatias foram atribuídas a Capital Menor (1%) e Capital de Desenvolvimento (20%).

Gráfico 5. Execução das despesas por classificação económica – Administração Central



Relativamente à classificação económica, o desempenho orçamental evidenciou que a categoria de Salário e Vencimento apresentou a taxa de execução mais elevada, fixando-se nos 95%. Seguem-se as Transferências Públicas com nível de execução de 90% considerando que esta categoria detém a maior dotação orçamental. Já a categoria de Bens e Serviços registam 79% e

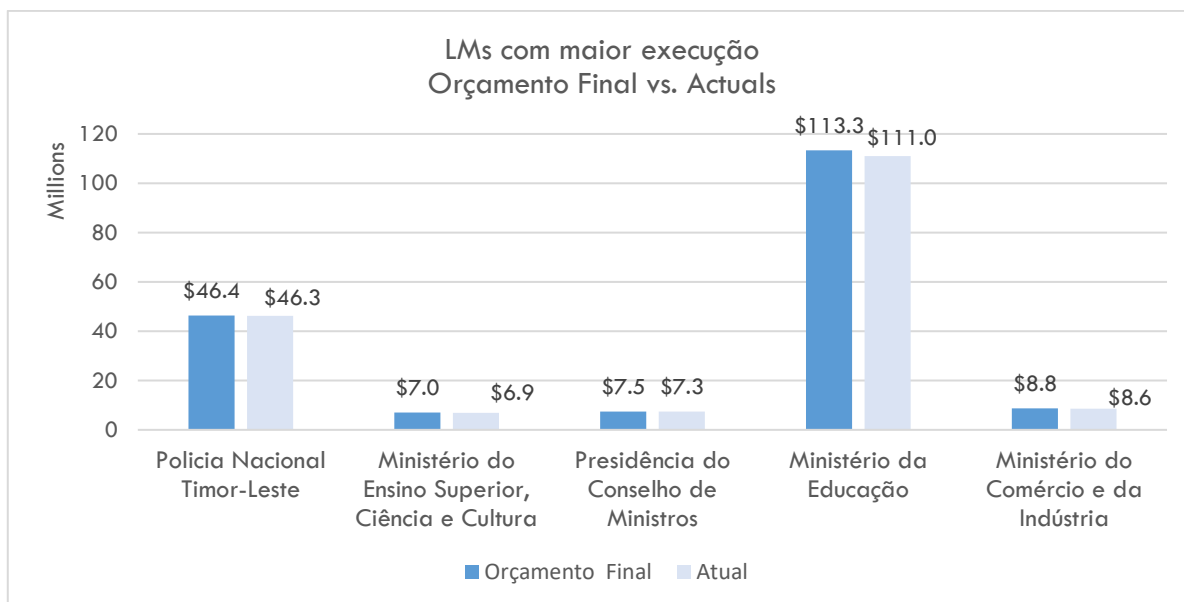
Capit d Menor com 81% Ataxa de execuçãõ mais reduzi da verificou-se na categoria de Capit d Desendviment q que se fi xou nos 75%

5. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autônomas

5.1 Maior orçamento docado nas LMs com sua execução

A execução orçament d das Linhas Ministeriais apresenta níveis de execução que variaram entre os 73% a 159% o que evidencia diferenças na programação, gestão e execução das despesa públicas. O gráfico a seguir apresenta as maiores execuções orçamentais.

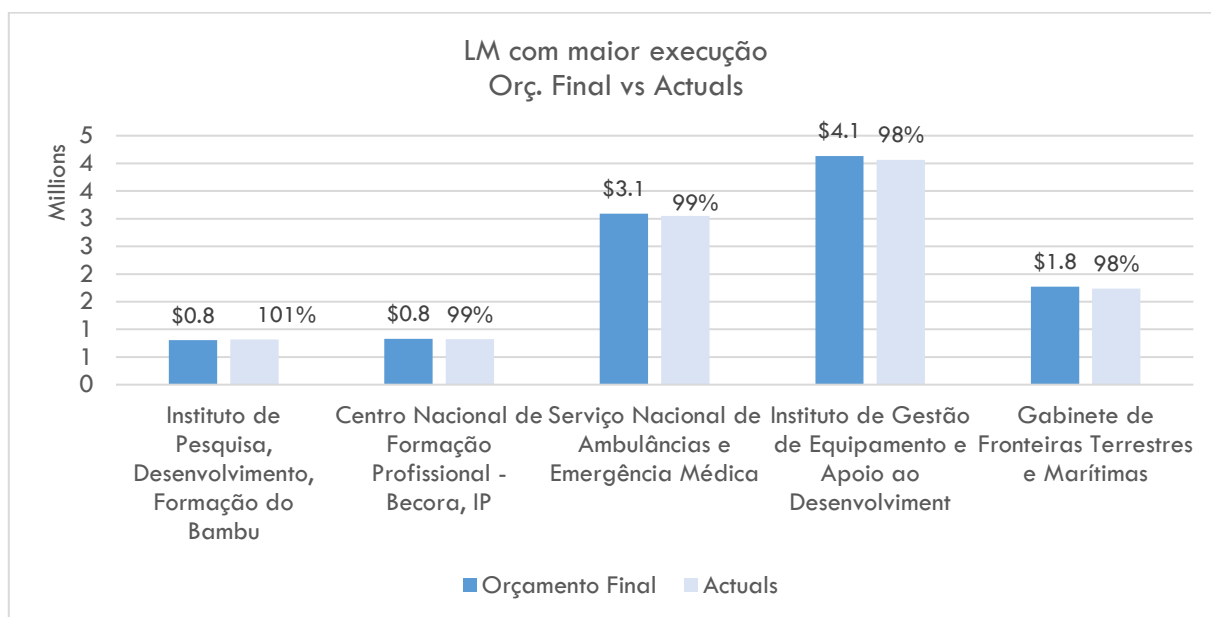
Gráfico 6 LMs com maior desempenho na execução orçament d



Fontes: GRP- MoF, 31 de Dezembro de 202

5.3 AAs com maior execução

Gráfico 7: AAs com melhor desempenho na execução orçament d

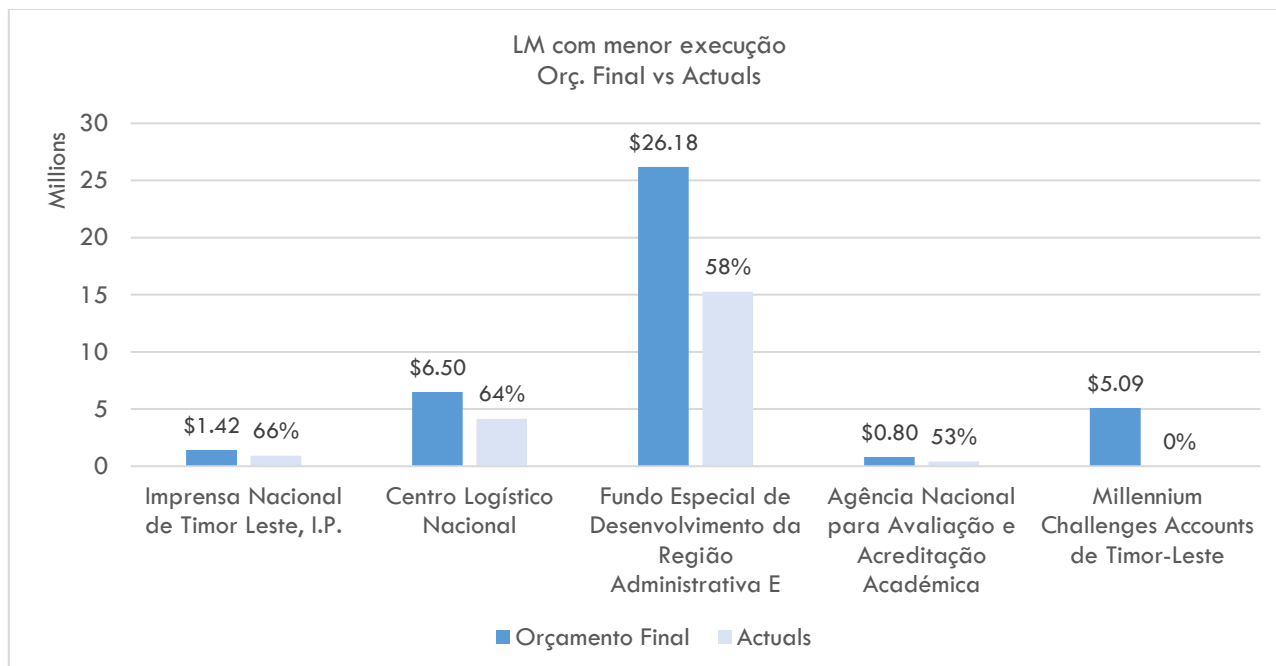


Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

Em 2025, registou-se uma execução elevada nas Agências Autónomas, nomeadamente Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação do Bambu (101%), Centro Nacional de Formação Profissional - Becora (99%), SNAEM (99%), IGEAD (98%) e GFTM (98%).

5.4 Agências Autónomas com menor execução

Gráfico 8 Com nível de execução menor



Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

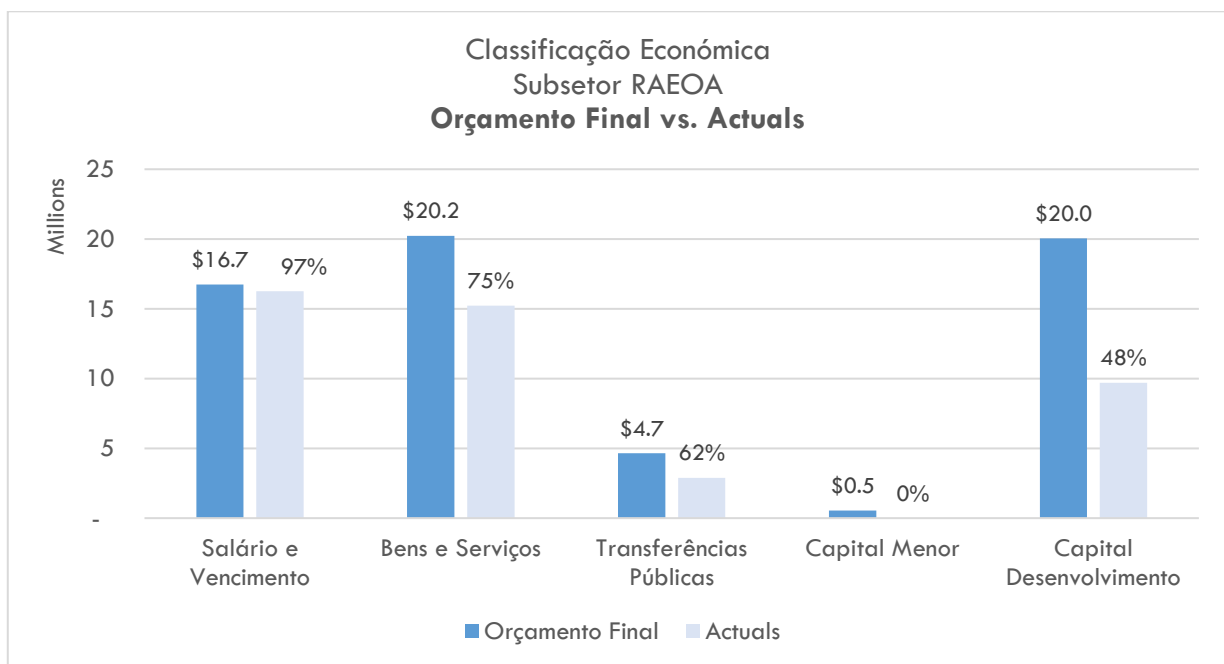
No que respeita aos desempenhos menos expressivos, as taxas de execução orçamental baixas foram registradas pelo INTL (66%), CLN (64%), FED-RAEOA (58%), ANAAA (53%), destacando-se o MCATL, que não registrou qualquer execução (0%). Uma análise detalhada revela que o FEDA apresenta uma execução orçamental residual na categoria de CD, fixando-se em apenas 4%. Relativamente ao CLN observa-se que ainda não registou quaisquer despesas em Capital Menor. Adicionalmente, na categoria de Transferências Públicas, o CLN atingiu um nível de execução de apenas 2%. Por fim, ANAAA apresentou um desempenho de 6% na categoria de CD.

6 Orçamento do Estado nas categorias económicas para o Subsetor RAEOA

6.1 Subsetor RAEOA

O orçamento atribuído ao Subsetor RAEOA foi de \$62,18 milhões, dos quais 36 milhões foram destinados à Autoridade RAEOA-ZEE MS e \$26,1 milhões ao FED RAEOA.

Gráfico 9. Execução das despesas por classificação económica – Subsetor RAEOA



Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

O gráfico mostra o desempenho da execução orçamental do subsetor RAEOA em 2025. A categoria de Salário e Vencimento registou o nível de execução mais elevado, fixando-se nos 97%. Em contraste, a categoria de Bens e serviços, apesar de detetar a maior dotação orçamental, apresentou uma taxa de execução de 75%. No que concerne às Transferências Públicas, verificou-

se uma execução de 62% enquanto o Capital Desenvolvimento se ficou pelos 48% da execução. Relativamente ao Capital Menor, embora não existisse inicialmente uma dotação dcada, procedeu-se uma alteração orçamental para esta categoria contudo, não se registou qualquer execução (0%).

6.2 Programas do Subsetor RAEOA

A Autoridade da RAEOA-ZEESM implementou a 27 programas. Os programas de *Água e saneamento* e de *Segurança Nacional* registaram o nível de execução orçamental mais elevado (100%), enquanto o programa de *Educação recorrente* apresentou a execução mais reduzida (13%). Os restantes programas registaram taxas de execução que variaram entre os 15% e 97% respetivamente.

Tabela 1: Programas integrados no Subsetor RAEOA

Programas	Orç. Final	Atual	%
798 Água e saneamento	7,250	7,230	100%
366 Segurança Nacional	30,000	29,900	100%
A41 Gestão das Pescas, Aquicultura e Recursos Aquáticos	61,393	59,681	97%
A40 Pecuária Veterinária e Tecnológica	64,737	61,397	95%
502 Transportes	146,700	129,601	88%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	22,787,282	20,116,067	88%
529 Assistência médica secundária e terciária	817,369	705,919	86%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Indústria e Anud	1,089,640	917,613	84%
A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	23,520	19,070	81%
522 Ensino secundário	85,300	68,635	80%
392 Acesso à Justiça	1,201,586	874,435	73%
528 Atenção Primária à Saúde	26,225	17,114	65%
521 Educação básica	1,172,704	646,322	55%
867 Desenvolvimento e reforço de áreas com administrações locais	7,847,809	4,322,117	55%

Programas	Orç Final	Act ual	%
520 Educação pré-escolar	64,140	32,571	51%
982 Turismo	49,638	17,958	36%
980 Social Inclusion	287,685	99,121	34%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	30,418	10,184	33%
983 Investimento e Diversificação Económica	189,498	46,210	24%
024 Cultura e Património	14,980	2,285	15%
523 Educação recorrente	3,600	450	13%
Total	36,001,473	28,183,878	78%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Dezembro de 2025

6.3 Programas de FED RAE OA

Tabela 2 Programa do FED RAE OA

Programas	Orç Final	Act ual	Execução
521 Educação básica	180,000	142,129	79%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,282,140	1,007,208	79%
802 Eficiência	8,857,707	6,935,486	78%
520 Educação pré-escolar	70,000	42,635	61%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Indústria e Anud	970,000	550,679	57%
809 Aeroporto	2,670,558	1,254,524	47%
314 Bolsa de estudos	836,927	365,070	44%
982 Turismo	15,000	6,498	43%
026 Estradas e Pontes	9,800,000	3,568,976	36%
528 Atensão Primária à Saúde	200,000	72,516	36%
983 Investimento e Diversificação Económica	202,195	51,676	26%
798 Água e saneamento	655,000	93,250	14%

Programas	Orç Fnd	Act ual	Execução
867 Desenvolvimento e reforço de áreas com administração especial	370,000	22,431	6%
874 Portos	70,000	-	0%
Tot d	26,179,527	14,113,077	54%

Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

O FED RAE OA implementou 14 programas, sendo que os programas de *Educação Básica e Funcionamento e Desenvolvimento Institucional* apresentaram a taxa de execução orçamental mais elevada de 79%. Em sentido oposto, o programa de *Portos* registou uma taxa de execução nula de 0%. Os restantes programas apresentaram níveis de execução orçamental que variaram de 6% a 78% respectivamente.

7. Fundos Especiais

7.1 Fundo Infraestrutura

O orçamento docado no FI é destinado ao desenvolvimento e manutenção de projetos e infraestrutura, ou seja, os orçamentos docados gerdmente utilizados para financiar uma variedade de projetos.

Tabela 3 Programas do FI com seus respectivos gastos

Programas	Orç Fnd	Act ual	Execução
977 Manutenção, reabilitação e resposta às estruturas	26.99	26.8	100%
A08 Tecnologia de Informação e Comunicação	11.13	11.06	99%
980 Indústria social	3.20	3.13	98%
171 Levando os serviços dos tribunais populacionais para o território dos EUA.	1.93	1.77	92%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Indústria e Anud	22.32	19.2	86%
510 Fundamentação e Desenvolvimento Institucional	9.80	8.41	86%
026 Estradas e Pontes	158.38	120.8	76%
023 Gestão das Finanças Públicas	4.70	3.14	67%
388 Defesa Nacional	1.60	1.02	64%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	4.28	2.53	59%
024 Cultura e Património	1.59	0.94	59%

Programas	Orç. Final	Actual	Execução
802 Eficiência	6.80	3.35	49%
529 Assistência médica secundária e terciária	4.05	1.92	47%
366 Segurança Nacional	7.19	2.90	40%
874 Portos	0.78	0.21	28%
522 Ensino secundário	1.33	0.35	26%
528 Atuação Primária à Saúde	3.13	0.65	21%
521 Educação básica	1.38	0.24	18%
809 Aeroporto	22.39	13.77	62%
798 Água e saneamento	9.81	0.84	9%
982 Turismo	1.39	0.07	5%
983 Investimento e Diversificação Económica	4.97	0.02	0%
392 Acesso à Justiça	0.30	-	0%
439 Garantir a liberdade de expressão e o acesso à informação	0.11	-	0%
797 Agricultura	-	-	0%
805 Saúde	-	-	0%
979 Educação e formação	-	-	0%
984 Ordenação do Território	0.85	-	0%
A18 Implementação do Projeto Tasi Mane no Sul do país	1.81	-	0%
A32 Aumento sustentável da produtividade e da produção	-	-	0%
A41 Gestão das Pescas, Aquicultura e Recursos Aquáticos	-	-	0%
Total	312,20	223,46	72%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Dezembro de 2025

Em 2025, o Fundo de Infraestruturas (FI) implementou 27 programas com uma dotação orçamental de \$312 milhões. As despesas totalizaram \$211,2 milhões, o que resultou numa taxa de execução orçamental de 68%. Entre os programas apresentados, o de *Manutenção, Reabilitação e Resposta às Estruturas* registou o nível de execução mais elevado, atingindo os 99% enquanto o programa de *Turismo* apresentou uma execução residual de apenas 5%. Os restantes programas registaram níveis de execução que variaram entre 8% até 88%, respectivamente.

Por outro lado, diversos programas não registaram qualquer movimento financeiro, fixando-se nos 0% de execução. Entre estes, destacam-se *Acesso à Justiça*, *Garantir a Liberdade de Expressão e o*

Acesso à Informação; Agricultura; Saúde; Educação e Formação; Ordenação do Território; Implementação do Projeto Tasi Mane; Aumento Sustentável da Produtividade e da Produção; e a Gestão das Pescas, Aquicultura e Recursos Aquáticos.

7.3 Fundo Desenvolvimento do Capital Humano

Tabela 4 Execução orçamental dos programas implementados pelo FDCH

Programas	Orç. Final	Atual	Execução %
314 Bolsa de Estudo	13,956,821	13,555,053	99%
313 Treinamento Técnico	2,051,682	2,216,482	83%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,741,261	1,978,229	91%
304 Qualificação Profissional	1,223,780	1,223,780	96%
Total	18,973,544	18,973,544	96%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Dezembro de 2025

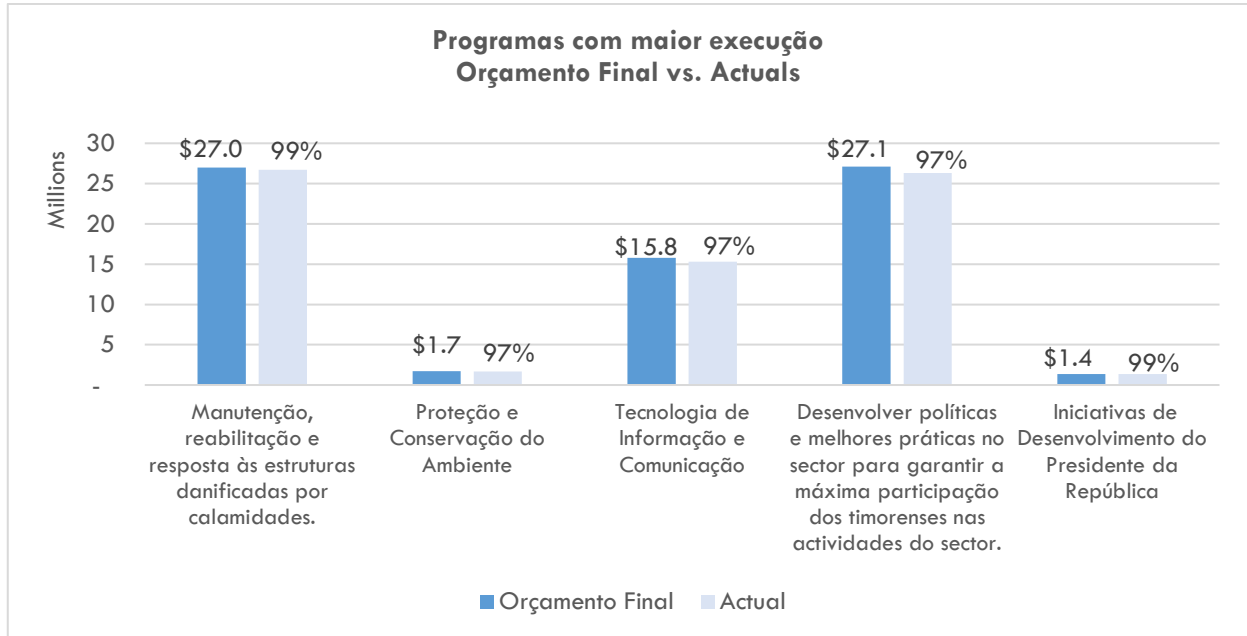
O FDCH implementa quatro programas, conforme ilustrado no gráfico. O programa de *Bolsas de Estudo*, que detém o maior orçamento, registou uma execução de 99%. Seguem-se os programas de *Qualificação Profissional*, com uma execução orçamental de 96%; *Formação Profissional* com 91% e, por fim, *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*, com uma taxa de 83%.

8. Orçamento por Programas

No OGE de 2025, implementou 77 programas, 552 subprogramas e 3807 atividades. No gráfico a seguir apresenta programas que correspondem maior e menor execução orçamental de Janeiro até Dezembro.

8.1 Programas com maior execução

Gráfico 10. Execução orçamental por programas

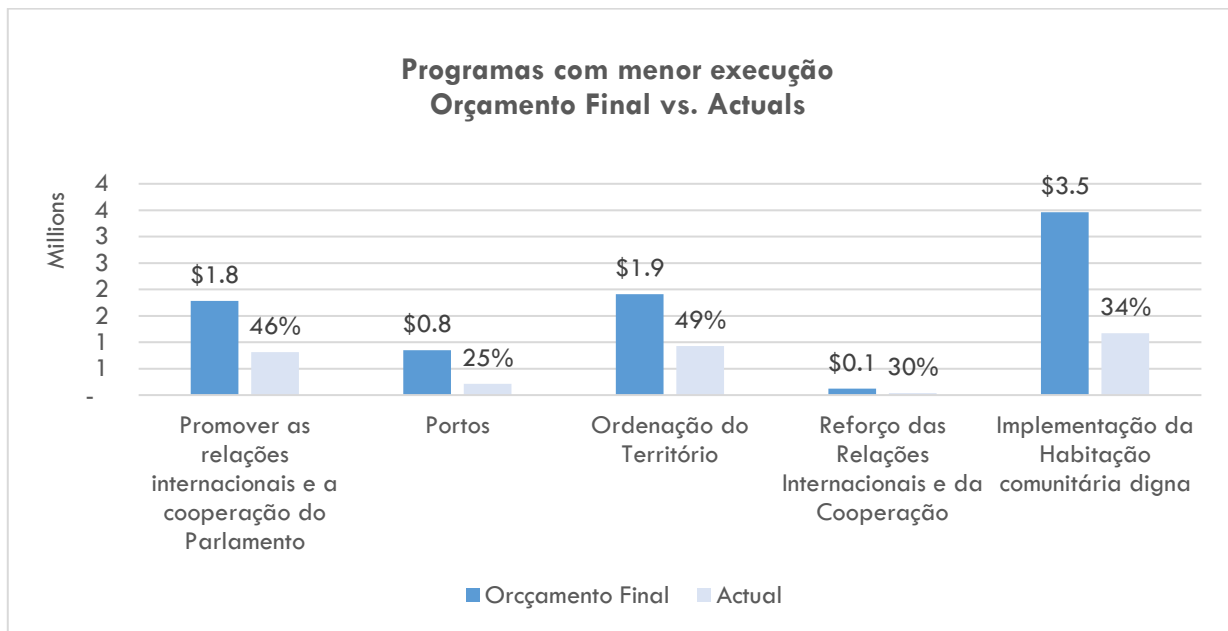


Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

Conforme apresentado no Gráfico 11, o programa de *Manutenção, reabilitação e resposta às estruturas danificadas por calamidades* e *Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República* registou a maior execução orçamental (99%). Seguem-se os programas de *Proteção e Conservação do Ambiente*, *Tecnologia de Informação e Comunicação* e *Desenvolver políticas e melhores práticas no sector para garantir a máxima participação dos timorenses nas actividades do sector* (97%).

8.2 Programas com execução menor

Gráfico 11: Execução orçamental dos Programas



Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

Identificou-se que os programas com a menor taxa de execução orçamental, apresentados no gráfico, foram Promover as relações internacionais e a cooperação do Parlamento (46%), Portos (25%), Ordenação do Território (49%), Reforço das Relações Internacionais e da Cooperação (30%) e Implementação da Habitação comunitária digna (34%).

9. Autoridades Municipais

9.1 Orçamento executado nas Autoridades Municipais

A execução orçamental das Autoridades Municipais entre janeiro até dezembro, conforme apresentado na tabela abaixo, destaca os municípios de Baucau e Bobonaro como aqueles que registram as maiores taxas de execução, com 98% e 97% respectivamente. Os restantes municípios apresentam taxas de execução que variam entre 78% até 83% respectivamente.

Tabela 5 Execução orçamental das Autoridades Municipais

Autoridades Municipais	Orç Final (\$MI hões)	Actual (\$MI hões)	Taxa de Execução
AM de Dili	19.2	15.9	83%
AM de Ermera	12.9	11.6	90%
AM de Baucau	12.4	12.1	98%
AM de Bobonaro	11.3	10.0	97%

Aut oridades Muni ci pais	Or ç F nd (\$MI hões)	Act ud (\$MI hões)	Taxa de Execução
AM de Vi queque	10.0	7.9	78%
AM de Laut ém	8.7	8.1	93%
AM de Covdi ma	8.3	7.5	90%
AM de A nar o	7.9	6.9	87%
AM de Manuf ahi	7.7	6.6	86%
AM de Li qui çá	7.6	7.1	94%
AM de Manuf ut o	7.5	7.0	93%
AM de A l eu	7.5	6.9	92%
AM de A ur o	2.6	2.1	82%

Fontes: GRP- MoF, 31 de Dezembro de 2025

9.2 Programas da AMs

As Aut oridades Muni ci pais i mplement am um total de 21 programas, dos quais um não têm orçamento d ocada.

Gr áfico 12 Programas i mplant ados pel as Aut oridades Muni ci pais

Programas	Or ç F nd	Act ud	Execução
510 Funda mento e Desenvl vi mento I nstitui ções	35,554,590	32,948,216	93%
025 Descent r di zação Admi ni strati va e Poder Loca l	33,723,414	30,467,787	90%
521 Ensi no Bási co	27,819,796	23,394,909	84%
798 Águ a e Saneament o	6,143,828	5,766,234	94%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e de Pl ant as Industri ais e Anu is	5,085,835	4,804,461	94%
528 Cui dado de Saú de Pri mári as	4,339,989	4,180,056	96%
520 Educ açã o Pr é- escol ar	3,619,471	3,100,124	86%
026 Estr adas e Pont es	2,035,611	1,656,953	81%
980 I ndus ão Soci al	1,387,589	1,220,863	88%
366 Segur ança Naci onal	937,314	758,729	81%
983 Investi mento e Diversifica ção Econômi ca	809,759	589,559	73%

Programas	Orç Fnd	Atual	Execução
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	587,313	528,088	90%
982 Turismo	584,198	420,440	72%
392 Acesso à Justiça	510,542	424,471	83%
523 Ensino Recorrente	170,603	166,269	97%
A40 Pecuária, Veterinária e Tecnologia	96,346	88,595	92%
805 Saúde	91,379	86,816	95%
502 Transportes	64,406	43,712	68%
A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	58,943	27,750	47%
A32 Aumento Sustentável da Produtividade e Produção	3,000	-	0%
979 Educação e Formação	-	-	-

Fontes: GRP- MoF, 31 de Dezembro de 2025

O programa de *Cuidado de Saúde Primários* apresentou maior taxa de execução orçamental 96% pois foi um dos programas que todas as entidades tem. O menor execução foi em programa de *Aumento Sustentável da Produtividade e Produção* 0%. Outros programas com execução orçamental variam entre 47% até 94% respectivamente.

10. CFOG

Gráfico 13. CFOG

Divisão	Orç Fnd	Atual	Execução
701: Serviços públicos em geral	1,096,816,494	648,751,825	59%
702: Defesa	53,298,957	49,639,780	93%
703: Segurança e ordem pública	26,774,948	20,772,563	78%
704: Assuntos económicos	703,666,642	580,539,458	83%
705: Proteção do ambiente	2,674,019	2,514,346	94%
706: Habitação e infraestruturas cívicas	37,484,386	29,688,586	79%
707: Saúde	128,247,135	110,763,245	86%
708: Desporto, recreação, cultura e religião	7,831,042	7,359,076	94%
709: Educação	168,617,255	155,160,014	92%
710: Proteção social	391,759,355	201,800,111	52%
Total	2,617,170,234	1,806,989,003	69%

Fontes: GRP- MoF, 31 de Dezembro de 2025

O gráfico apresenta a execução orçamentária por função CCF OG. Observa-se que as áreas com maior execução orçamentária nomeadamente, Desporto, recreação, cultura e religião (94%), Defesa (93%), Educação (92%). Já as menores execuções registram-se em Proteção Ambiental (52%) e Proteção Social (59%).

11. Virement

De acordo com o artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 43/2024, de 20 de dezembro, que trata das alterações orçamentárias, as transferências entre diferentes categorias dentro do mesmo programa, ou entre programas distintos de um mesmo título orçamentário, não pode exercer 20% do valor da dotação orçamentária. Tabela abaixo apresenta as entidades que deram mais seus orçamentos.

Tabela 6 Top 10 Entidades que redizaram maior virement em 2025

LMs/ AAs	Categoria
Ministério da Administração Estadual	BS (1,733,330.63) CM(50,100) SV 91,272.00 TP 753,581.00 CM 838,577.63 CD 100,000.00
Ministério das Obras Públicas	TP (4,959,486.00) SV 923,396.82 BS 2,874,676.88 CM 1,161,412.30
Ministério da Educação	BS (1,682,477.00) TP (838,032.10) CM(7,949) SV 2,137,486.94 BS 28,000 TP 31,440 CM 331,531.16
Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	TP (1,368,387.00) SV 5,000.00 BS 1,013,087.00 CM 350,300.00
Ministério da Solidariedade Social Indústria	BS (1,289,984.18) TP (937,993.60) SV 888,082.18 BS 85,500 TP 974,015.60 CM 280,380.00

LMs/ AAs	Categoria
Ministério do Petróleo e Recursos Mnerais	BS (2 678, 668 00) SV 2 156, 518 00 CM 372, 150 00 CD 150, 000 00
Autori dade de Proteção Civil	BS (646, 643 00) CM(46, 400) SV 544, 300 00 BS 33, 000 TP 47, 950 00 CM 67, 793 00
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	BS 30, 000 TP (676, 268 00) SV 90, 000 00 BS 616, 268 00
Ministry for Rural Development and Community Housing	BS (231, 598 00) TP (1, 000, 000 00) SV 960, 900 00 CM 103, 136 00 CD 167, 562 40
Autori dade RAE OA- ZEESM	BS (907, 825 16) TP (820, 025 20) SV 1, 370, 054 36 CM 41, 275 BS 316, 521

Fontes: GRP- MoF, 31 de Dezembro de 2025

Ministério Administração Estadual: Procedeu-se à transferência do montante de \$91.272 para o reforço da categoria de SV, destinada a assegurar a continuidade do contrato de 83 funcionários eventuais. Foram igualmente efetuadas transferências das categorias de BS e TP para CM, com vista à aquisição de equipamentos. Transferiu-se de BS para TP o montante de \$753.581, dos quais \$100.000 visam assegurar o funcionamento do serviço de bdção único e \$603.481 destinam-se a reforçar o CMA. Adicionalmente, transferiu-se de CM para TP a quantia de \$50.100, para o reforço do CMA. Por fim, transferiu-se de BS para CM o montante de \$838.577,63 para a aquisição de viaturas e equipamentos informáticos. Regista-se ainda uma transferência de BS para CD no valor de \$100.000.

Ministério das Obras Públicas: Efetuou-se uma dteração orçamental de BS para SV no montante de \$923.396,82; de BS para TP no valor de \$6.414; de TP para CM no montante de \$472.400; de TP para BS no valor de \$4.500.000 e de BS para CM no montante de \$383.146,30. Nota-se que a justificação apresentada não se encontra devidamente detidhada.

Ministério da Educação: Redizaram-se alterações orçamentárias na categoria BS, no montante de \$630.000, e na categoria TP, no valor de \$170.000, a favor de SV, destinadas ao pagamento de salários dos professores do CAFÉ. Adicionalmente, transferiu-se o montante de \$940.187,04 de BS para SV, com o objetivo de assegurar o pagamento de salários, subsídios de transporte e o décimo terceiro mês. Foi ainda transferido o montante de \$202.424 para o pagamento do décimo terceiro mês e para a redigação de exames médicos aos membros do Governo do Ministério da Educação. Relativamente ao CM, procedeu-se à aquisição de motocicletas para os Inspetores Escolares nos 13 municípios (incluindo a RAE OA), bem como à compra de equipamentos informáticos.

Ministério Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional: Efetuou-se uma alteração orçamentária de BS para SV no montante de \$5.000, com o objetivo de reforçar o pagamento de salários. A transferência da categoria TP para BS, no valor de \$1.368.387, resultou de um ajustamento interno entre direções no âmbito do mesmo programa, carecendo de uma justificação detida. Este valor contempla igualmente o pagamento de ajudas de custo à equipa do Conselho de Administração do CCLN em deslocações aos municípios. Adicionalmente, redizou-se uma transferência de BS para CM no montante de \$350.300 para a aquisição de equipamentos informáticos, mobiliário para os pontos focais municipais e a compra de ambulâncias.

Ministério da Solidariedade Social e Inclusão: Transferiram-se os montantes de \$188.080,58 (de BS) e \$679.493,60 (de TP) para SV, destinados ao pagamento de salários e ao subsídio de check-up médico da Ministra e da Vice-Ministra. Transferiu-se o montante de \$85.500 de TP para BS com o intuito de apoiar o programa de saúde e nutrição. Da categoria de Bens e Serviços, transferiram-se \$974.015,60 para a TP, visando o apoio a famílias vulneráveis, veteranos ("Heróis Vivos") e pessoas com deficiência. De BS para CM foram transferidos \$107.380 para a aquisição de uma máquina biométrica e de uma impressora de cartões de identificação, enquanto de TP para CM foram transferidos \$173.000 para a aquisição de duas viaturas de marca Toyota Prado, destinadas à Ministra e à Vice-Ministra.

Ministério do Petróleo Recursos e Minerais: Alteração orçamentária de BS para CM no montante de \$372.150, dos quais \$160.000 se destinam à aquisição de dois veículos Hilux e um Prado Sport para atividades operacionais e apoio técnico ao projeto Tasi Mane. Foram dotados \$134.150 para a aquisição de mobiliário, devido ao volume de serviço associado ao projeto da Costa Sul. Adicionalmente, previu-se a aquisição de aparelhos de ar condicionado no valor de \$18.000 e de uma viatura Peugeot Sport, no valor de \$60.000, para apoiar o secretariado do

Greater Sunrise No que respeita ao CD, os fundos destinam-se à construção de instalações escritórias e de um parque de estacionamento

Autori dade Proteção Civil: O orçamento de BS foi transferido para a SV para cobrir os salários de funcionários permanentes e casuais, dado o orçamento iri d ser insuficiente. Transferiram-se \$47.950 de BS para a TP para apoiar vítimas de desastres naturais em seis municípios: Dili, Anara, Ermera, Liquiçá e Manatuto. Para a categoria CM, foram feitas transferências para a aquisição de equipamentos de comunicação para apoiar a DGEÇ, bem como \$55.595 (de BS para a CM) para facilitar os serviços do GREC. Adicionalmente, foram d ocados \$12.198 para a aquisição de equipamentos informáticos.

Fundo Desenvolvimento Capital Humano: Transferência orçament d de BS \$300.000 e de TP \$60.000 para a SV, destinada ao pagamento de remunerações. De TP para a BS, transferiu-se o montante de \$616.268, distribuído da seguinte forma: \$36.500 para financiar a estandar dzação do programa do livro TL-SMM da ADN IP; \$121.800 para os custos de formação de seis médicos cubanos na UNFL; \$8.000 para apoiar a estudantes no I SCPSI em Portugal; \$54.790 para as despesas de viagem da equipa da Reforma da Justiça a Portugal; \$122.178 para a monitorização de bolséiros na Indonésia, Malásia e Portugal; \$123.000 para as passagens aéreas de 24 bolséiros com destino ao Brasil; e \$150.000 para os custos de viagem de 30 bolséiros para Cuba.

Ministério Desenvolvimento Rural Habitação Comunitária: Transferiu-se o orçamento de BS \$44.900 e de TP \$916.000 para a SV, visando o reforço do pagamento de salários e do décimo terceiro mês. Dos montantes de \$88.136 BS e \$15.000 TP transferidos para a CM, os valores destinam-se à aquisição de equipamentos de controlo de qualidade, quatro veículos e equipamentos informáticos. De BS para a CD, transferiram-se \$167.562 para a 2ª fase da construção do edifício MDRHC (Coby House) e para o pagamento de dívidas referentes ao ano de 2024.

Autori dade RAE OA- ZEEMS: Na categoria BS, dterou-se o montante de \$747.577,16 para a SV e TP. Transferiram-se o montante de \$314.521 de TP para a BS, destinado ao pagamento de dívidas e dteração de metas, e \$82.169 para as rubricas de transporte, alojamento e ajudas de custo. De BS para a CM, transferiram-se \$41.275 para aquisição de mobiliários e equipamentos informática. Por fim, transferiram-se o montante de \$2.000 de TP para a BS para apoiar uma deslocação ao estrangeiro com o objetivo de assinar um memorando de entendimento entre a RAE OA e a Universidade de Jakarta, Indonésia.

12 Receitas

As Receitas previstas para o ano de 2025 para a Administração Central foram de \$2,072 mil Bilhões e para a RAE OA foram de \$62,18 milhões. A tabela seguinte apresenta as receitas do Subsetor Administração Central e da RAE OA.

12.1 Receitas da Administração Central

Tabela 7: Receitas recebidas – Administração Central de Janeiro até Dezembro

(\$ Milhões)

Rubricas	Orç Previsto	Recebido
401: Impostos e Contribuições para a Segurança Social	212,080,154	239,247,062
40101: Impostos	185,494,311	222,200,412
40102: Direitos Aduaneiros de Importação	26,585,843	17,046,650
402: Taxas, câmbios e outras pendências	28,873,385	29,678,425
40201: Taxas	28,818,300	28,512,297
40202: Câmbios e Outras Pendências	55,085	1,166,128
403: Rendimentos	7,256,591	9,753,028
40301: Rendas	908,091	5,817,196
40303: Juros	6,348,500	3,935,831
404: Transferências	1,570,073,539	1,154,377,514
40401: Transferências Correntes do Fundo Petrolífero relativos ao Rendimento Sustentável Estimado	551,949,714	551,949,714
40403: Transferências Correntes de Sociedades	-	-
40406: Transferências do Exterior	9,000,000	2,427,800
40408: Transferências de Capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado	1,009,123,825	600,000,000
405: Venda de Bens e Serviços	9,697,331	3,814,934
40501: Venda de Bens Correntes	1,009,148	1,958,838
40502: Vendas de Bens de Capital	8,410,285	1,198,571
40503: Serviços Correntes	277,898	657,525
406: Ativos e passivos financeiros	45,000	-
407: Reposições não Abatidas nos Pagamentos	-	-

Rubricas	Orç Previsto	Recd hi do
408 Sd do de Gerênci a	200,000	-
409 Outras Oper ações Extraorçament ais	-	4,650,649
40901: Ad ant ament os de cá xa	-	6,895
40902 Ret enção de i mpost os e cat izações	-	3,999,528
40904 Outras Oper ações Extraorçament ais	-	644,225
Tot d	2,072,981	1,452,577,568

Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

Algumas rubricas superaram a previsão, como rendas (40301) e cá mas (40202), enquanto outras ainda apresentam execução baixa, como vendas de bens de capit d, (40502) e transferências de capit d cá ma do Rend mento Sustent ável Esti mado (40408).

As Transferências Correntes do Fundo Petrodífero relativas ao Rend mento Sustent ável Esti mado (40401) foram totalmente executadas, enquanto algumas rubricas importantes ainda não registaram qualquer entrada. Receitas extraorçament ais (409) contribuíram com entradas não previstas, reforçando a arrecadação total.

1.2.2 Receitas da RAE OA

Tabela 8 Receitas da RAE OA de Janeiro até Dezembro

(\$ Milhoes)

Rubricas	Orç Previsto	Recd hi do
401: I mpost os e Contri bui ções para a Segur ança Soci d	-	161,137
40101: I mpost os	-	161,137
402 Taxas, cá mas e outras pend idades	168,000	108,189
40201: Taxas	161,000	98,014
40202 Cá mas e Outras Pend idades	7,000	10,175
403 Rend ment os	67,350	4,752,707
40301: Rendas	17,350	4,195,452
40303 Juros	50,000	557,255
404 Transferênci as	10,000,000	-
405 Venda de Bens e Servi ços	479,840	310,697
40501: Venda de Bens Correntes	9,840	15,233
40502 Vendas de Bens de Capit d	-	-

Rubricas	Orç Previsto	Recd hi do
40503: Serviços Correntes	470,000	295,463
408: Saldo de Gerência	51,465,810	10,000,000
409: Outras Operações Extraorçamentais	-	820,872
40902: Retenção de impostos e catizações	-	220,393
40903: Cauções e garantias	-	600,479
Total	62,181,000	16,153,601

Fontes: GRP- MbF, 31 de Dezembro de 2025

As receitas previstas para 2025 foram de \$62,181 Milhões, no entanto o montante fã recebido \$16,153,601, resultando uma taxa de execução de 26%. Algumas rubricas superaram a previsão, como Rendimentos (403), especificamente Rendas, enquanto outras, como Taxas (402) e Serviços Correntes (405), estão abaixo do previsto. Outras rubricas, como Transferências (404) não registaram entrada. Além disso, Outras Operações Extraorçamentais (409) arrecadaram 820,872, apesar de não terem uma previsão inicial.

Anexo I: Transferência orçamentária realizada pela Dotação Gerida do Estado em 2025

LMs/ AAs	SV	BS	TP	CM	CD	Tot d
Ministério das Cbrças Públicas	-	18,000,000.00	-	-	-	18,000,000.00
Ministério da Saúde	-	-	10,000,000	-	-	10,000,000.00
Primeiro Ministro	-	5,127,646.44	-	-	-	5,127,646.44
Presidência do Conselho de Ministros	-	2,500,000	-	-	-	2,500,000.00
Ministério de Juventude, Desporto, Arte e Cultura	-	2,226,190.52	174,610.00	26,060.00	-	2,426,860.52
Ministério Turismo e Ambiente	-	1,152,024.00	-	-	-	1,152,024.00
Gabinete do Apoio Sociedade Civil	-	-	-	700,000	-	700,000.00
Ministério Planeamento Investimento Estratégico	-	549,057.60	-	-	-	549,057.60
Ministério da Defesa	-	530,800	-	-	-	530,800.00
Presidência da República	-	195,000	-	-	-	195,000.00
Ministério do Interior	-	-	-	169,125	-	169,125.00
Serviço Nacional de Inteligência	-	157,974.30	-	-	-	157,974.30
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	-	150,666.66	-	-	-	150,666.66
Ministério da Administração Estadual	-	100,000	-	-	-	100,000.00
Comissão da Função Pública	-	53,576.00	-	-	-	53,576.00
Triunfais	-	34,010	-	5,000	-	39,010
Procuradoria Gerida da República	-	23,265.28	-	-	-	23,265.28

LMs/ AAs	SV	BS	TP	CM	CD	Tot d
Ministério do Comércio e Indústria	-	20,000	-	-	-	20,000
Tot d	-	265,934,834.38	10,174,610.00	876,731.00		41,925,005.80

Fontes: GRP- MoF, 31 de Dezembro de 2025

The background is a textured orange color. Overlaid on this are several decorative, wavy, grid-like lines in a lighter shade of orange. These lines form a pattern that resembles a stylized wave or a series of overlapping curves, creating a sense of movement and depth. The lines are most prominent in the upper right and lower right corners, and also form a central wave-like shape.

Direção-Geral de Planeamento e Orçamento
Ministério das Finanças
mof.gov.tl